

11 FEV 1987

## Tito Bruno Bandeira Ryff

"Concidadãos, não podemos escapar à história. Nós, deste Congresso e desta administração, seremos lembrados a despeito de nós mesmos. Não há significância ou insignificância pessoal que nos possa poupar. O julgamento feraz por que estamos passando há de nos expor às luzes, em honra ou desonra, até a última geração."

(Abraham Lincoln. 1ª Mensagem ao Congresso Norte-Americano, após a sua derrota eleitoral nas eleições parlamentares de 1862).

**S**ERIA bom, neste início de 1987, que o Governo e os constituintes que começaram seu trabalho legislativo em 2 de fevereiro tivessem sempre viva, em suas consciências, a advertência de Abraham Lincoln. Pois, em realidade, não há como furtar-se à constatação de que a tarefa de reconstrução nacional que o Governo e constituintes têm pela frente é verdadeiramente histórica: recuperar a economia do país, assolada pelos erros de política econômica cometidos nos últimos 10 meses, criar as bases de um sistema político estável que encaminhe soluções para as carências sociais de milhões de brasileiros, resgatar a credibilidade do Congresso e da classe política, fortemente abaladas pelo comportamento dos poderes Executivo e Legislativo no ano de 1986, democratizar o acesso a meios de comunicação social, reinstaurar o primado do direito na vida social brasileira, e garantir, de forma mais efetiva, os direitos do cidadão diante do Estado todo-poderoso. E, sobretudo, cumprir a tarefa com rapidez, dignidade e eficiência, sem tumultos nem delongas, pois a crise econômica, social e institucional que se avizinha não pode esperar.

Por onde começar? Mesmo correndo o risco de ser acusado de um viés municipalista, em razão da minha experiência de um ano como secretário municipal de Planejamento do Rio de Janeiro, atrevo-me a dizer que a tarefa mais urgente da Constituinte é a reorganização do sistema federativo de governo. Vivemos um federalismo político meramente formal que é desmentido pela realidade da concentração excessiva de recursos financeiros e de poderes econômicos e administrativos nas mãos do Governo Federal e pela freqüência e desenvoltura com que, nestes últimos 22 anos, o poder central tem desrespeitado a lei (ou a interpretado segundo seus interesses) em detrimento de estados e municípios.

# Federação já!

Na cidade do Rio de Janeiro vivem 5,5 milhões de brasileiros que possuem a renda média per capita mais elevada do país. Destes 5,5 milhões, aproximadamente 2 milhões vivem em condições precárias, no que diz respeito à moradia, alimentação, assistência médica e condições sanitárias e precisam, urgentemente, de programas sociais em caráter prioritário. Os restantes 3 milhões gostariam certamente que sua cidade fosse mais limpa e arborizada, dotada de transporte público mais rápido e confortável, que o trânsito nas ruas fluísse mais facilmente, que o atendimento hospitalar de emergência fosse de melhor qualidade, que parques, jardins, calçadas e vias de trânsito fossem mantidos sempre em bom estado. Mas com que recursos? Eis aí a pergunta-chave. O carioca acha, com razão, que já paga impostos demais. Para onde vai o dinheiro?

Nos anos de autoritarismo, o brasileiro aprendeu a identificar corretamente Brasília como a origem de todos os males, inclusive os municipais e estaduais. Governadores e, muitas vezes, prefeitos eram indicados diretamente pelo poder central. Pois bem, que o governo central assumisse a responsabilidade de tudo: do buraco de rua ao crescimento vertiginoso da dívida externa! A eleição pelo voto direto de governadores e prefeitos devolveu à população a ilusão de que poderia influir sobre os destinos de sua cidade ou estado. Mas essa nova situação política é desmentida pela permanência da concentração de recursos tributários em mãos do Governo Federal.

Será que os cariocas sabem que os recursos arrecadados com a taxa de Coleta de Lixo e de Limpeza Pública cobrem apenas 73% das despesas do Município com limpeza urbana? Que a taxa de Iluminação Pública representa somente 67% dos gastos da Prefeitura com a iluminação da cidade? Que o IPTU e o ISS — os dois tributos municipais por excelência — não bastam para pagar sequer a manutenção das 983 escolas municipais de 1º Grau (quase três vezes mais do que o Município de São Paulo) — aí incluídos os salários dos professores e a merenda escolar?

Saberiam, por outro lado, os cariocas que, dos Cz\$ 24,5 bilhões — soma equivalente a 8,5 vezes o orçamento municipal — pagos por eles ao Governo Federal, na forma sobretudo de Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), apenas 0,4% retorna à administração da cidade como transferências federais?

A essa altura, talvez algum leitor objetasse que a redistribuição de renda em favor dos estados e municípios mais pobres do país, feita pelo poder central, também é um

dos princípios nobres da Federação. Nada mais certo, se este princípio de justiça tributária não fosse, mais uma vez, desmentido, em grande parte, pelos fatos. Na realidade, a concentração excessiva de recursos tributários na esfera de decisão do Governo Federal contribuiu, sobretudo, nestes últimos 22 anos, para financiar os projetos faraônicos ou os sonhos de grandeza dos governantes de Brasília ou para agravar o desperdício de recursos, ao promover, de forma centralizada, a elaboração e execução de programas sociais de âmbito local.

Essa concentração excessiva dos recursos nas mãos do Governo Federal é que tem determinado o perfil dos gastos públicos no país. O dinheiro gasto em ferrovias antieconômicas, em usinas nucleares ineficientes, desperdiçado em incentivos fiscais e subsídios injustificáveis por critérios econômicos e sociais é o mesmo que falta para a construção de moradias populares, saneamento básico e construção de postos de saúde nas grandes cidades do país.

É inadmissível que a população da Cidade do Rio de Janeiro, segunda maior contribuinte do país na arrecadação dos recursos de FGTS, PIS e Pasep, não tenha autonomia para decidir a respeito da utilização de uma parcela desses recursos. É inaceitável que as prefeituras das capitais não possam administrar, em contato direto com a população, um programa de moradias populares financiado por parte dos recursos do FGTS arrecadados em seus municípios.

A democracia se nutre da proximidade entre governantes e governados. A centralização tributária contribui, ao contrário, para afastar, gradativamente, o cidadão dos centros de decisão. Os governantes e prefeitos eleitos chegaram ao poder legitimados pelo voto popular. Da sua capacidade de corresponder às esperanças neles depositadas depende a confiança que os eleitores terão, daqui por diante, no processo eleitoral. A Frente Municipalista, liderada pelo futuro governador Orestes Quércia, foi a primeira manifestação de descontentamento com a situação atual. Logo após a posse, os prefeitos de capitais eleitos em 1985 criaram a Associação de Prefeitos de Capitais, liderada pelos prefeitos Mário Kertz, de Salvador, e Saturnino Braga, do Rio de Janeiro. Falta, agora, surgir um grupo representativo de constituintes que assuma, também, a tarefa de restabelecer (a palavra é esta) a Federação. Que de norte a sul brasileiros de todos os partidos se unam em mais uma campanha de interesse nacional: **Federação Já!** Porque, sem ela, a democracia perece.

Tito Bruno Bandeira Ryff é secretário municipal de Planejamento